

**Processo** : TC-006760.989.20-2

**Entidade** : Prefeitura Municipal de Cesário Lange

**Assunto** : Acompanhamento das Contas Anuais

**Período  
examinado** : 1º quadrimestre de 2021

**Prefeito** : Sr. Ronaldo Pais de Camargo

**CPF nº** : 122.761.158-74

**Período** : 1/1/2021 a 30/4/2021

**Relatoria** : Conselheiro Dimas Ramalho

**Instrução** : UR-9 / DSF-II

**Senhora Diretora Técnica de Divisão em Substituição da Unidade Regional de Sorocaba – UR-9,**

Este relatório consolida o resultado do acompanhamento das informações prestadas a esta e. Corte de Contas pelo órgão, no período em epígrafe.

Em atendimento ao TC-A-030973/026/00, registramos a notificação da Sr. Ronaldo Pais de Camargo, responsável pelas contas em exame (documento anexo).

Informamos que o município possui a seguinte série histórica de classificação no Índice de Efetividade da Gestão Municipal-IEG-M:

EXERCÍCIOS	2018	2019	2020
IEG-M	B	B	Prejudicado
i-Planejamento	C+	C	Prejudicado
i-Fiscal	B+	B+	Prejudicado
i-Educ	B	C+	Prejudicado
i-Saúde	B+	B+	Prejudicado
i-Amb	C	C	Prejudicado
i-Cidade	B	B	Prejudicado
i-Gov-TI	B+	B+	Prejudicado

Obs.: Índices do exercício anterior pendentes de verificação/validação pela Fiscalização, prejudicando, assim, a análise dos itens correspondentes no presente relatório.

A Fiscalização planejou a execução de seus trabalhos, agregando a análise das seguintes fontes documentais:

1. Indicadores finalísticos componentes do IEG-M – Índice de Efetividade da Gestão Municipal;
2. Eventuais ações fiscalizatórias desenvolvidas através da seletividade (contratos e repasses) e das fiscalizações ordenadas;
3. Prestações de contas mensais do exercício em exame, encaminhadas pela Chefia do Poder Executivo;
4. Resultado do acompanhamento simultâneo do Sistema Audesp, bem como acesso aos dados, informações e análises disponíveis no referido ambiente;
5. Análise das eventuais denúncias, representações e expedientes diversos;
6. Leitura analítica dos três últimos relatórios de fiscalização e respectivas decisões desta Corte, sobretudo no tocante a assuntos relevantes nas ressalvas, advertências e recomendações;
7. Análise das informações disponíveis nos demais sistemas deste e. Tribunal de Contas do Estado;
8. Outros assuntos relevantes obtidos em pesquisa aos sítios de transparência dos Órgãos Fiscalizados ou outras fontes da rede mundial de computadores.

O presente relatório quadrimestral visa contribuir para a tomada de providências dentro do próprio exercício, possibilitando a correção de eventuais falhas, resultando numa melhoria das contas apresentadas.

Saliente-se, por oportuno, que os dados poderão ser reavaliados quando da fiscalização do fechamento do exercício, oportunidade em que todos os balanços contábeis estarão encerrados.

Ressaltamos, ainda, que a fiscalização, em virtude das limitações de locomoção causadas pela pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), foi efetivada remotamente, por meio de todas as ferramentas e sistemas disponíveis.

Ademais, foi antecedida de criterioso planejamento, com base no princípio da amostragem, que indicou a necessária extensão dos exames.

Outrossim, consignamos que foi autuado o processo TC-001503.989.21-2, para fins de Acompanhamento Especial da gestão das medidas de combate à referida pandemia.

## **PERSPECTIVA A: PLANEJAMENTO**

### **A.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - PLANEJAMENTO**

#### **A.1.1. CONTROLE INTERNO**

O sistema de controle interno está regulamentado e produz relatórios periódicos, atendendo suas funções institucionais.

Ademais, verificamos que o Controle Interno está atuando no controle dos atos e despesas relacionadas à pandemia da Covid-19.

#### **A.3. OBRAS PARALISADAS**

No acompanhamento do quadrimestre não constatamos ocorrências dignas de nota.

## **PERSPECTIVA B: GESTÃO FISCAL**

### **B.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - GESTÃO FISCAL**

Face ao contido no art. 1º, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o qual estabelece os pressupostos da responsabilidade da gestão fiscal, passamos a expor o que segue.

Informamos, por oportuno, que o município não aderiu ao Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal instituído pela Lei nº 178, de 13 de janeiro de 2021<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> TC-001503.989.21-2 – Evento 54.1, fls. 33, questão nº 42.

### B.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO PERÍODO

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Valores	
(+) RECEITAS REALIZADAS	R\$ 25.561.078,84	
(-) DESPESAS EMPENHADAS	R\$ 29.866.211,11	
(-) REPASSES DE DUODÉCIMOS À CÂMARA	R\$ 700.000,00	
(+) DEVOLUÇÃO DE DUODÉCIMOS DA CÂMARA	R\$ -	
(-) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS À ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	R\$ -	
(+ ou -) AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO	R\$ -	
<b>RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>-R\$ 5.005.132,27</b>	<b>-19,58%</b>

Dados extraídos do Sistema Audesp: Relatório de Instrução juntado neste evento.

Consideradas as despesas liquidadas, constata-se um *superávit* de R\$ 4.992.184,77, correspondente a 19,53%.

Face à perspectiva de *déficit* orçamentário, conforme retro descrito, informamos que o Município decretou estado de calamidade pública/emergência, devidamente reconhecido pela Assembleia Legislativa Estadual (art. 65 da Lei de Responsabilidade Fiscal – documento anexo).

#### B.1.1.1. ANÁLISE DO ARTIGO 167-A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Conforme Relatório de Gestão Fiscal emitido pelo Sistema Audesp, referente ao 1º quadrimestre do exercício analisado, é possível ver que o Ente não superou o limite de 95% estabelecido pelo artigo 167-A da Constituição Federal, tendo em vista que no período de 12 meses anteriores ao 2º bimestre, a relação entre despesas correntes (R\$ 58.304.764,35) e receitas correntes (R\$ 69.092.558,37) correspondeu a 84,39%, inclusive abaixo do limite de 85% estabelecido no §1º do artigo 167-A:

<b>Receita Corrente Arrecadada (Ente)</b>		
Prefeitura e Demais Órgãos (a)	R\$	69.092.558,37
<b>Despesa Corrente Liquidada (Ente)</b>		
Prefeitura, Câmara e Demais Órgãos (b)	R\$	58.304.764,35
<b>Resultado do Ente Municipal</b>		
Percentual (c) = (b) / (a)		84,39%

Dados extraídos do Sistema Audesp: Relatório de Instrução juntado neste evento.

## **B.1.2. ANÁLISE DOS LIMITES E CONDIÇÕES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL**

No período, as análises automáticas não identificaram descumprimentos aos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto à Dívida Consolidada Líquida, Concessões de Garantias e Operações de Crédito, inclusive Antecipação de Receita Orçamentária - ARO.

### **B.1.2.1. DESPESA DE PESSOAL**

Conforme Relatório de Gestão Fiscal emitido pelo Sistema Audesp, referente ao 1º quadrimestre do exercício analisado, é possível ver que o Poder Executivo atendeu ao limite da despesa de pessoal previsto no art. 20, III, alínea “b”, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

### **B.1.2.2. CONTRATAÇÕES DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO**

No planejamento da fiscalização, não vislumbramos relevância/materialidade que ensejasse o exame do item neste quadrimestre.

## **B.3. OUTROS PONTOS DE INTERESSE**

### **B.3.1 ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS**

Não constatamos desatendimento à cronologia das exigibilidades.

## **PERSPECTIVA C: ENSINO**

### **C.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NO ENSINO**

A aplicação de recursos, no período, conforme informado ao Sistema Audesp, apresentou os seguintes resultados:

<b>Art. 212 da Constituição Federal:</b>	<b>%</b>
DESPESA EMPENHADA - RECURSO TESOURE (mínimo 25%)	30,26%
DESPESA LIQUIDADADA - RECURSO TESOURE (mínimo 25%)	22,67%
DESPESA PAGA - RECURSO TESOURE (mínimo 25%)	22,67%

<b>FUNDEB:</b>	<b>%</b>
DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 90%)	74,94%
DESPESA LIQUIDADADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 90%)	68,16%
DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 90%)	64,60%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 70%)	46,96%
DESPESA LIQUIDADADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 70%)	46,96%
DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 70%)	44,29%

**Dados extraídos do Sistema Audesp:** Relatório de Instrução juntado neste evento.

No período examinado e com base na Despesa Empenhada (Fundeb), Liquidada e Paga, o Município apresenta percentuais de aplicação desfavoráveis ao atendimento do disposto no artigo 212 da Constituição Federal e nos artigos 25, § 3º e 26, ambos da Lei Federal nº 14.113/2020, bem como no inciso XI do artigo 212-A da Constituição Federal.

Nos termos do art. 59, § 1º, V, da Lei de Responsabilidade Fiscal, foi o município alertado, por 11 vezes, consoante Notificações de Alertas juntados no presente evento.

A Secretaria Municipal de Educação, em virtude da Pandemia da Covid-19, alterou a rotina escolar, com suspensão total das aulas presenciais para os alunos da rede municipal de ensino no período examinado. Contudo, vem tomando medidas educacionais de emergência voltadas a mitigar os possíveis impactos sobre a aprendizagem, o que pode prejudicar o ciclo escolar dos alunos.

Das medidas informadas, destacamos:

- i. Implantação de plataforma de ensino aos alunos com acesso à *internet*, bem como capacitação do corpo docente;
- ii. Distribuição de atividades pedagógicas impressas aos alunos sem acesso à rede mundial de computadores.

## PERSPECTIVA D: SAÚDE

### D.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NA SAÚDE

Conforme informado ao Sistema Audesp, a aplicação na Saúde atingiu, no período, os seguintes resultados:

Art. 77, III c/c § 4º do ADCT	%
DESPESA EMPENHADA (mínimo 15%)	65,31%
DESPESA LIQUIDADADA (mínimo 15%)	31,23%
DESPESA PAGA (mínimo 15%)	30,70%

Dados extraídos do Sistema Audesp: Relatório de Instrução juntado neste evento.

## PERSPECTIVA G: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

### G.1. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP

Nos trabalhos da fiscalização não foram encontradas divergências entre os dados da origem e os prestados ao Sistema Audesp.

## PERSPECTIVA H: OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

### H.1. DENÚNCIAS/REPRESENTAÇÕES/EXPEDIENTES

Não chegou ao nosso conhecimento a formalização de denúncias, representações ou expedientes.

### H.2. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

No planejamento da fiscalização, não vislumbramos relevância/materialidade que ensejasse o exame do item neste quadrimestre.



## CONCLUSÃO

Com relação aos assuntos tratados neste relatório, destacamos:

**B.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO PERÍODO:** *Déficit* da execução orçamentária (despesa empenhada);

**C.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NO ENSINO:** Percentuais de aplicação desfavoráveis.

À consideração de Vossa Senhoria.

UR-9.4 - Sorocaba, 23 de julho de 2021

João Arnaldo da Silva  
Chefe Técnico da Fiscalização  
Em Substituição